

- XXXII -**OS AFASTAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E SUA
ESTIMATIVA DE GASTOS EM 2016****Denize Cristina Kaminski Ferreira**Universidade Federal do Paraná
denize_fabio@hotmail.com**Marcus Quintanilha da Silva**Universidade Federal do Paraná
marcusquintanilha@hotmail.com**INTRODUÇÃO**

É impossível, no contexto atual das relações de trabalho, deixar de problematizar as precárias condições a que estão submetidos os professores. Frente a esta situação, cada vez mais tem proliferado estudos acerca de doenças decorrentes do exercício da docência (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Nesse viés, Souza (1997) ainda é atual na sua afirmativa de que a produção sociológica na área educacional tem se centrado no trabalho docente como prática pedagógica, com pouca discussão acerca de quais são as condições de trabalho e sob quais relações sociais este trabalho se envolve. Nesta perspectiva, o afastamento docente de sua atividade fim, principalmente por conta de acidentes ou doenças, constitui-se um tema de relevância como um provável reflexo da precarização de suas condições de trabalho.

Portanto, esse estudo tem como objetivo explorar o afastamento dos profissionais do magistério público municipal e sua estimativa de gastos no Brasil no ano de 2016, categorizando estes casos por etapa/modalidade de atuação em uma abordagem quantitativa, explorando informações da Rais e subsidiada por pesquisa bibliográfica e documental, as quais possibilitam o contato com o conhecimento produzido a respeito da temática proposta.

DESENVOLVIMENTO

Na sociedade moderna, a docência é uma atividade social fundamental, caracterizando-se como uma forma peculiar de trabalho, de face a face com o outro, na qual o trabalhador tem outro ser humano como ‘objeto’ de trabalho. Na visão de Tardif e Lessard (2012, p. 35), “a docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir e de participar da ação dos professores”, constituindo-se como um trabalho interativo e reflexivo.

Atualmente, essa atividade sofre com um processo de precarização das condições de trabalho, decorrente em grande parte da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1970 nos países centrais e no final de 1980 no Brasil, causando alterações na organização do trabalho em diferentes segmentos da economia, engendrando flexibilização dos processos e mercados de trabalho (HARVEY, 1992), fragmentação, complexificação e diversificação da classe trabalhadora, enfraquecimento do poder sindical e aumento do trabalho precarizado e terceirizado (ANTUNES, 2006).

Ainda que o apontamento da legislação nacional indique a necessidade de políticas públicas de valorização docente, a literatura aponta que, apesar da necessidade de se avançar em questões como a remuneração, ao menos pareada com a média remuneratória de outras profissões com mesma exigência de formação, planos de carreira, jornada de trabalho, vínculos por concurso público, tempos remunerados para o planejamento e trabalho coletivo, formação continuada e redução de número de alunos por turma, há uma desigualdade nacional em termos de condições de oferta e de trabalho docente (SILVA, 2017).

Portanto, a literatura elenca algumas possibilidades de que a precariedade do trabalho reúne fatores de influência em problemas apresentados pelos profissionais do magistério, como o adoecimento, os acidentes e outros tipos de afastamento. Contudo, estes afastamentos não reverberam somente na vida do professor, na rotina da escola e dos estudantes, mas também no orçamento público. Nesse sentido, a Rais, um banco nacional com informações de todos os vínculos empregatícios brasileiros, se coloca como uma base importante para explorar a temática.

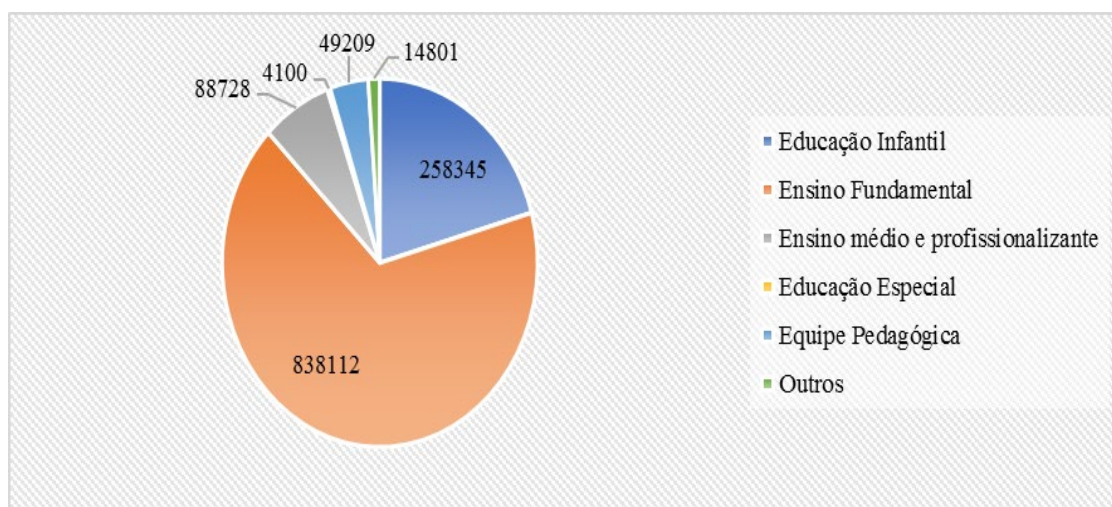
A seleção de casos municipais se baseou na natureza jurídica do vínculo empregatício, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), além do vínculo ativo durante todo o ano de 2016, para que se

selecionasse somente professores das redes municipais com contratos de trabalho sem interrupção.

Para o cálculo da remuneração e a estimativa de gasto do afastamento dos docentes foi calculado um somatório da remuneração anual, a remuneração média diária dos profissionais do magistério e a estimativa financeira dos afastamentos através da multiplicação destes dias com a remuneração média diária. Optou-se por utilizar o termo estimativa ao invés de custo, porque, pelo manual de instrução de preenchimento da Rais de 2016, a remuneração média lançada nem sempre é paga pelo empregador, e sim, é uma previsão da remuneração anual.

Para a construção de categorias referente à etapa/modalidade de ensino ao qual o docente está vinculado, foram construídas categorias de agrupamentos de professores com base na CBO, chegando 1.253.295 vínculos organizados em seis grupos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição dos casos da pesquisa por vínculo por perfil de atendimento educacional – 2016



Fonte: Rais (2016). Dados trabalhados pelos autores (2019).

De modo geral, os dados de afastamentos apontam os professores da educação infantil com maior percentual de afastamentos. A Rais permite o registro de, no máximo, três afastamentos por vínculo. No caso dos professores vinculados à educação infantil, 25,75% se afastam ao menos uma vez do trabalho, 15,06% duas vezes e 9,77% três vezes, percentual bem superior aos demais profissionais vinculados às outras etapas/modalidades.

Tabela 1 – Estimativa de gasto dos afastamentos dos docentes em comparação ao dispêndio financeiro no total em remuneração docente nas redes municipais agregados por etapa/modalidade de vínculo do docente - 2016

Etapa / Modalidade	Soma da remuneração anual		Custo dos afastamentos		Percentual
Educação Infantil	R\$	11.146.467.840,82	R\$	526.369.340,16	4,72%
Ensino Fundamental	R\$	33.135.638.286,14	R\$	735.039.745,76	2,22%
Ensino médio e profissionalizante	R\$	3.723.673.867,29	R\$	73.439.617,64	1,97%
Educação Especial	R\$	167.966.058,00	R\$	5.484.332,35	3,27%
Equipe Pedagógica	R\$	2.448.827.964,57	R\$	74.892.512,87	3,06%
Outros	R\$	566.240.128,74	R\$	14.586.555,15	2,58%
TOTAL	R\$	51.188.814.145,56	R\$	1.429.812.103,93	2,79%

Fonte: Rais (2016). Dados trabalhados pelos autores (2019).

No que tange à estimativa de gasto dos afastamentos, conforme Tabela 1, o percentual gira em torno de 2,79% da previsão total em remuneração docente. Nesse panorama, o afastamento na educação infantil custaria 4,72%, seguido da educação especial (3,27%), equipe pedagógica (3,06%), outros (2,58%), ensino fundamental (2,22%) e ensino médio e profissionalizante (1,97%).

CONCLUSÕES

Há necessidade de se pensar em políticas públicas que prezem pela melhoria das condições de trabalho docente, particularmente na educação infantil, seja pelo bem-estar do professor, da ampliação da qualidade na educação ou mesmo por questão de dispêndio financeiro. O cenário apresentado evidencia que a primeira etapa da educação básica gera maior necessidade de afastamento, bem como maior estimativa percentual de gasto neste aspecto, ainda que, em termos de montante, o ensino fundamental receba mais recurso, seja pela maior quantidade de docentes ou pela remuneração, que, na média, é maior que dos profissionais da educação infantil.

Os limites da pesquisa e da base de dados não permitem outras investigações. Os afastamentos, por exemplo, podem ser relacionados a outros motivos, como doença na família; ademais pelo modelo social brasileiro em que a mulher executa funções que vão além da sua rotina de trabalho profissional, como o cuidado da casa, dos filhos e de demais membros da família que dela necessitem, infere-se que doenças não relacionadas ao trabalho

podem ter muitos casos desse perfil, mas que, pelo limite da base de dados adotada, não foi possível investigar neste estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2016**. Brasília: MTb, SPPE, DES, CGET, 2016. 49 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Brasília: Ministério do Trabalho, 1930. Disponível em: < <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf> >. Acesso em: 11/01/2019.

SILVA, M. Q. **Condições de qualidade das redes municipais de Ensino Fundamental no Brasil**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SOUZA, A. N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. de P. (Org). **O trabalho em movimento**. Campinas: Papirus, 1997, p. 113-174.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G.. **História da profissão docente no Brasil: Representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.